

LEI COMPLEMENTAR Nº20/2013

DISPÕE SOBRE O NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I DO NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído por esta Lei Complementar o novo Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos detentores de cargo de provimento efetivo do Município de Angelina, vinculados à Administração Direta, mantendo-se a adoção do Regime Jurídico Estatutário, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§1º Excepcionalmente, fica mantida a adoção da contratação de servidores em modalidade distinta, nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 002/2009, para o desenvolvimento de atividades vinculadas aos Programas Federais.

§2º Fica mantida a possibilidade de contratação de servidores em caráter temporário para atender a necessidade temporária, sempre de forma excepcional, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. O Plano de Cargos constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimentos e desenvolvimento dos servidores públicos do Município de Angelina, vinculados à Administração Direta, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos, segregado em Grupos Ocupacionais, composto por cargos existentes, e cargos novos, criados nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Cargos de que trata o *caput* deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores.

Art. 3º. Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Plano de Cargos: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos;

II - Quadro Geral de Cargos: o conjunto de cargos de carreira, composto por cargos existentes e cargos novos, criados nos termos desta Lei, todos pertencentes à Administração Municipal Direta;

III - Quadro de Cargos Extintos: o conjunto de cargos extintos e suas respectivas vagas;

IV - Grupo Ocupacional: é o conjunto de cargos de provimento efetivo reunidos segundo formação, escolaridade, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

V - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que devem ser cometidas ao servidor, observada a área de atuação e formação profissional;

VI - Lotação: é o órgão ou unidade no qual o servidor, após designado, deverá desempenhar as suas atribuições, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

VII - Padrão de Vencimento Inicial (PVI): constitui a posição do valor fixado para o vencimento inicial do cargo, alocado na Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, identificado pelos números "1" a "17";

VIII - Referências: consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela promoção por antiguidade (tempo de serviço funcional), observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de 09 (nove) alíneas, indicadas pelas letras "A" a "I";

IX - Remuneração: corresponde à soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho, instituídas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

X - Vencimento: consiste no valor estipulado para cada cargo, observada a aplicação da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições e o posicionamento nas Referências, pela concessão de promoção por antiguidade (tempo de serviço funcional);

XI - Vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens de caráter permanente, relativas ao desempenho do cargo, instituídas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º. São partes integrantes do Plano de Cargos e Vencimento:

I - Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, que contém os Grupos Ocupacionais, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial, contendo todos os cargos existentes, permanentes e novos criados por esta Lei;

II - Anexo II - Do Quadro de Cargos Extintos, que contém os cargos e vagas extintas;

III - Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

IV - Anexo IV - Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas;

V - Anexo V - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes;

VI - Anexo VI - Da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial;

VII - Anexo VII - Da Tabela Geral de Referências para Cargos de Provimento Efetivo;

IX - Anexo VIII - Do Quadro Geral de Vagas;

X - Anexo IX - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo.

CAPÍTULO II DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 5º. Os cargos de provimento efetivo do serviço público municipal serão organizados em 5 (cinco) Grupos Ocupacionais, reunidos segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.

Art. 6º. Os Grupos Ocupacionais abrangendo as diversas carreiras conforme sejam especificadas as respectivas atividades, compreendem:

I - Grupo Ocupacional Especialistas - ANS - Atividades de Nível Superior;

II - Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico;

III - Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio;

IV - Grupo Ocupacional Operacional I - ANFC - Atividades de Nível Fundamental Completo;

V - Grupo Ocupacional Operacional II - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto.

§1º O Grupo Ocupacional Especialista - ANS - Atividades de Nível Superior congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de administração, controle, tecnologia e ciências exatas, jurídicas, humanas e sociais, para cujo desempenho profissional é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação (nível superior) e respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver.

§2º O Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades profissionais estejam relacionadas com a execução das atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio, integrado à modalidade técnica, bem como respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver.

§3º O Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio congrega as carreiras do cargo de provimento efetivo, cujas atividades funcionais estejam relacionadas com o desempenho de atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio.

§4º O Grupo Ocupacional Operacional I - ANFC - Atividades de Nível Fundamental Completo congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo que sejam inerentes às atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Completo.

§5º O Grupo Ocupacional Operacional II - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo que sejam inerentes

às atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Incompleto.

Art. 7º. As atribuições dos cargos efetivos dispostos em cada um dos Grupos Ocupacionais estão definidas no Anexo IX - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo, desta Lei.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS

Art. 8º. A política norteadora do Plano de Cargos da Administração Municipal Direta, é fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, e tem por objetivos:

I - efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

II - proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de crescimento na carreira;

III - estabelecer um clima organizacional participativo e de confiança mútua entre a Administração e o servidor, sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV - motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V - criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º. Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

SEÇÃO II DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 10 São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

I - a aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos;

II - a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 12 da Constituição da República;

III - o gozo dos direitos políticos;

IV - a quitação com as obrigações militares, para os homens;

V - a quitação com as obrigações eleitorais;
VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
VII - o nível de escolaridade exigido por lei para o exercício do cargo;
VIII - a comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, mediante avaliação pericial realizada pela Junta Médica Oficial;
IX - declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
X - declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 11 Os cargos de provimento efetivo, constantes do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, excluídos os cargos dos Profissionais do Magistério, nos termos desta Lei, serão preenchidos:

I - por nomeação, precedida da aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República;

II - pelo enquadramento dos atuais servidores, na nova nomenclatura dos cargos constantes do Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

III - pelas demais formas de provimento, indicadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§1º O provimento dos cargos efetivos no âmbito do Poder Executivo, dar-se-á, exclusivamente, por ato do Prefeito Municipal, ou por ato de preposto definido em Lei.

§2º O total de vagas existentes, ocupadas e em aberto para cada cargo de provimento efetivo estão contidas no Anexo VIII - Do Quadro Geral de Vagas, desta Lei.

§3º O conjunto de vagas novas criadas para cargos existentes está contido no Anexo V - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes, desta Lei.

Art. 12 Ficam extintos os cargos efetivos vagos dispostos no Anexo V - Do Quadro de Cargos Extintos e suas vagas, nos seguintes termos:

I - Arquiteto: 01 vaga;

II - Auxiliar Administrativo I: 15 vagas;

III - Auxiliar Administrativo II: 10 vagas;

IV - Assistente Administrativo I: 10 vagas;

V - Auxiliar Agropecuário: 06 vagas;

VI - Extencionista Rural: 04 vagas;

VII - Auxiliar Técnico: 03 vagas;

VIII - Assistente Técnico: 03 vagas.

Art. 13 Fica autorizada a extinção do seguinte número de vagas contidas nos respectivos cargos, as quais não estão ocupadas na data da edição desta Lei:

I - 03 vagas do cargo de Agente Administrativo Auxiliar;

II - 03 vagas do cargo de Agente Auxiliar de Saúde Pública;

- III - 04 vagas de Agente de Saúde Pública;
- IV - 04 vagas do cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro I;
- V - 02 vagas do cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro II;
- VI - 02 vagas do cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro III.

Art. 14 Fica homologada e reconhecida à existência de 25 (vinte e cinco) vagas ocupadas do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I, 07 (sete) vagas do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II e 22 (vinte e duas) vagas de Motorista.

Art. 15 Fica autorizada a criação de:

- I - 05 (cinco) vagas para o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I;
- II - 03 (três) vagas para o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II;
- III - 02 (duas) vagas para o cargo de Motorista.

Art. 16 É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvadas, no entanto, as seguintes modalidades:

I - a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;

II - o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal Nº 9.608, de 18/02/98.

SEÇÃO III DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

Art. 17 Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo.

§1º As quantidades, denominações e fixação dos subsídios dos cargos de provimento comissionado, são os constantes das leis de estrutura administrativa do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

§2º Os cargos de provimento em comissão serão preenchidos, preferencialmente, por servidores detentores de cargos de provimento efetivo.

SEÇÃO IV DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 18 Para operacionalizar a realização do concurso público a Administração Municipal deverá observar as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos e quanto à participação das pessoas portadoras de deficiência, as disposições contidas nos artigos 19 a 24 desta Lei.

Parágrafo único. O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever que o candidato possua pleno conhecimento do disposto nesta Lei, especialmente no tocante às disposições relativas ao deferimento das promoções por antiguidade.

Art. 19 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Art. 20 Consideram-se deficiências aquelas definidas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para a integração social.

Art. 21 Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual à que se refere o *caput*, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

Art. 22 Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.

§1º Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

§2º A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

§3º Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

Art. 23 A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o *caput* deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, antes da homologação da inscrição pretendida.

Art. 24 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO V
DAS CARREIRAS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 25 O ingresso na Carreira dar-se-á no Padrão Inicial de Vencimento do cargo para o qual o servidor foi concursado, nomeado e empossado, nos termos dos procedimentos definidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

SEÇÃO II DOS PADRÕES INICIAIS DE VENCIMENTO

Art. 26 O Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Angelina é constituído de 17 (dezessete) Padrões Iniciais de Vencimento, cujo valor pecuniário é fixado na forma do Anexo VI, desta Lei.

Parágrafo único. Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, são inadmissíveis desigualdades de vencimento em face de adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

Art. 27 Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais, importância inferior ao piso municipal dos servidores públicos municipais, em vigor.

§1º Fica vedada a fixação do piso municipal dos servidores em valor inferior ao salário mínimo nacional.

§2º Os vencimentos dos ocupantes de cargos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição da República e na legislação vigente.

§3º Os servidores inativos, detentores de paridade nos termos da Constituição da República, não devem receber a título de proventos, importância inferior ao piso municipal fixado para os servidores municipais ativos.

§4º A disposição do §3º deste artigo é estendida aos pensionistas da mesma condição.

§5º O valor do vencimento dos servidores públicos somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica.

§6º O valor fixado para o Padrão de Vencimento Inicial de número “1”, contido no Anexo VI desta Lei, corresponderá ao valor fixado para o piso municipal dos servidores da Administração Direta, para jornadas de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos os profissionais do magistério municipal.

Art. 28 A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 29 Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou provento, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio pelo Prefeito Municipal.

§1º Exclui-se do limite de remuneração ou provento, no que couber, a importância percebida a título de:

- I - salário-família;
- II - gratificação natalina;
- III - 1/3 constitucional de férias;
- IV - diárias;
- V - serviços extraordinários.

§2º É vedada à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

Art. 30 Não será pago ao servidor:

- I - a remuneração dos dias em que tiver faltas injustificadas ao serviço;
- II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ocorridas sem a autorização da chefia imediata;
- III - os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado para o cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação, enquanto na sua permanência, na forma desta lei;
- IV - a remuneração por comprovação à acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas, observado o disposto na Constituição da República;
- V - a remuneração quando do exercício de mandato eletivo remunerado, federal, estadual ou municipal, havendo incompatibilidade de horários, ressalvada a possibilidade de opção.

§1º O servidor terá 48 (quarenta e oito) horas para justificar sua ausência ao trabalho, ultrapassado tal período será registrado em seu assentamento funcional a falta injustificada, com sua respectiva repercussão.

§2º Os períodos computados como atrasos, ausências e saídas antecipadas, serão somados mensalmente, e seu valor registrado em minutos, para posterior desconto, incluindo-se o repouso semanal remunerado.

Art. 31 Fica autorizada a alteração do padrão de vencimento inicial dos cargos já existentes e/ou aglutinados, observada as indicações contidas nos Anexos I e III, desta Lei.

Parágrafo único. O valor fixado para o vencimento comporta o pagamento do repouso semanal remunerado.

SEÇÃO III DAS REFERÊNCIAS

Art. 31 Cada Padrão de Vencimento é subdividido em 9 (nove) Referências, correspondentes às letras "A" a "I", alocadas horizontalmente, conforme Anexo VII desta Lei.

Parágrafo único. As Referências são utilizadas exclusivamente para a operacionalização da promoção por antiguidade, indicada no art. 32 e seguintes desta Lei.

SEÇÃO IV DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 32 Os servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo, terão desenvolvimento na Carreira, sob as condições expressas definidas no Estatuto dos Servidores Públicos, e nesta Lei, sob a modalidade promoção por antiguidade.

Art. 33 A promoção por antiguidade consiste na passagem do servidor de um padrão de Referência para o imediatamente superior, acrescido em 6% (seis por cento).

§1º A promoção indicada no *caput* se dará automaticamente, para o servidor municipal efetivo e estável, a cada período aquisitivo de apuração de 06 (seis) anos completos de efetivo exercício, observada a disposição do art. 35 desta Lei.

§2º A data de início do cômputo do primeiro período aquisitivo fixado no §1º deste artigo, para os servidores efetivos vinculados à Administração Municipal, na data de início de vigência desta Lei, é a data registrada nos assentos funcionais como data da posse no cargo que ocupam na posição de 31/12/2013.

Art. 34 A promoção por antiguidade é composta de 09 (nove) Referências, contidas em cada cargo, nos termos da Tabela que compõe o Anexo VII, desta Lei.

Parágrafo único. Em cada promoção por antiguidade o servidor não poderá ascender mais de uma Referência.

Art. 35 O período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 33 será suspenso, quando o servidor:

I - gozar licença sem a percepção de remuneração, em qualquer de suas modalidades;

II - gozar licença remuneradas:

a) para tratamento de saúde, por período consecutivo superior a 60 dias;

b) qualquer outra licença remunerada em período superior a 03 (três) meses consecutivos, excetuada a disposição contida na alínea "a" deste artigo, a licença concedida para o cumprimento do mandato de dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais e a Licença Maternidade;

III - licenciar-se para prover cargo comissionado em outra unidade da Federação.

§1º O servidor que suspender o período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção, nos termos do *caput* deste artigo:

I - terá o tempo de serviço funcional laborado antes do gozo da licença computado para efeito de formação do período aquisitivo de apuração;

II - deverá laborar pelo período remanescente após o retorno da licença, a fim de totalizar o período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 33 desta Lei.

§2º O período de gozo de férias será computado para efeito da composição do período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção.

§3º A disposição do inciso II, alínea "a" do *caput* deste artigo não se aplica às licenças concedidas pela ocorrência de acidente em serviço devidamente registrado nos assentos funcionais.

Art. 36 O período em que o servidor efetivo exerça nesta condição cargo comissionado ou função de confiança perante a Administração Municipal, será computado automaticamente para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade, constante do §1º do artigo 33 desta Lei.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo que sejam nomeados para exercer o cargo de Secretário Municipal.

Art. 37 O período em que o servidor estiver removido, cedido, com ou sem ônus para a origem, às unidades da Administração Federal e Estadual será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* aos servidores do Quadro da Administração Municipal Direta que estiverem à disposição do Poder Legislativo do Município de Angelina.

Art. 38 O servidor que sofrer as penalidades administrativas de advertência ou suspensão perderá, para efeito de concessão da promoção por antiguidade, todo o período aquisitivo adquirido até a data de aplicação da pena.

Parágrafo único. O novo período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao término do cumprimento da pena.

Art. 39 Aos que ingressarem no serviço público municipal após a edição desta Lei ou para aqueles que já se encontrarem provendo cargos efetivos e que optarem pela nomeação e exercício em novo cargo de provimento efetivo, após aprovação em concurso público, fica estabelecido que, para efeito da implementação e pagamento da promoção por antiguidade:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo de apuração de seis anos de efetivo exercício, iniciar-se-á a partir da data de início do exercício no novo cargo que ensejar o pagamento da promoção;

II - o pagamento se dará, automaticamente, a partir do mês em que completar o período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 33 desta Lei;

III - fica vedado o aproveitamento de qualquer tempo de serviço público anterior, exercido sob qualquer natureza e em qualquer unidade da Federação, incluído o laborado no Município de Angelina.

Art. 40 Os servidores efetivos que na data de sancionamento desta Lei já

possuírem períodos aquisitivos completos para a percepção da promoção por antiguidade, serão enquadrados na forma do art. 41 e seguintes desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito da ocorrência da primeira progressão por antiguidade, dos servidores indicados no *caput*, a ser concedida nos termos desta Lei, fixa-se que os interstícios necessários têm início a partir do enquadramento do servidor no Plano de Cargos e Vencimentos.

CAPITULO VI
DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO
Seção I
Do Enquadramento dos Servidores Ativos

Art. 41 Os atuais servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Poder Executivo serão, a partir de 01/01/2014, automaticamente posicionados e enquadrados nos cargos contidos no Anexo I desta Lei, na Referência correspondente ao tempo de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo ocupado na posição de 31 de dezembro de 2013.

Art. 42 O tempo de efetivo exercício reconhecido para efeitos do enquadramento compreende a data de início do exercício no cargo de provimento efetivo ocupado e 31/12/2013, observada a aplicação dos parágrafos deste artigo, da seguinte forma:

- I - até seis anos, na Referência "A";
- II - mais de seis anos e até doze anos, na Referência "B";
- III - mais de doze anos e até dezoito anos, na Referência "C";
- IV - mais de dezoito anos e até vinte e quatro anos, na Referência "D";
- V - mais de vinte e quatro anos e até trinta anos, na Referência "E";
- VI - mais de trinta anos e até trinta e seis anos, na Referência "F";
- VII - mais de trinta e seis anos e até quarenta e dois anos, na Referência "G";
- VIII - mais de quarenta e dois anos e até quarenta e oito anos, na Referência "H";
- IX - mais de quarenta e oito, na Referência "I".

§1º O servidor que na data de edição desta Lei ocupa cargo de provimento efetivo e que tenha se utilizado do art. 5º da Lei Nº 568/90 poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências o período de natureza celetista, imediatamente anterior à adoção do Regime Jurídico Único pelo Município de Angelina.

§2º A disposição contida nos §1º deste artigo apenas poderá ser adotada caso o tempo de serviço do servidor perante o Poder Executivo do Município de Angelina tenha se dado de forma ininterrupta e no exercício das mesmas atribuições funcionais.

§3º O servidor ocupante de cargo com regime estatutário que foi recepcionado pelo Regime Jurídico Único instaurado pela Lei Nº 568/90 e que na data de edição desta Lei se encontra provendo o mesmo cargo efetivo de forma ininterrupta, perante o Poder Executivo do Município de Angelina, poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências, todo o período nesta condição.

§4º Os seguintes períodos laborados frente ao Município de Angelina não serão computados para efeito de enquadramento:

I - os laborados na condição de servidor temporário;

II - os laborados exclusivamente na condição de servidor comissionado ou agente político;

III - os laborados em cargo de provimento efetivo distinto do provido na posição de 31 de dezembro de 2013, ressalvadas as disposições dos §1º a §3º deste artigo.

Art. 43 Na hipótese do enquadramento indicado no art. 41 desta Lei resultar em vencimento inferior ao percebido na posição de 31/12/2013, o servidor será enquadrado na Referência correspondente ao vencimento igual ou imediatamente superior.

Parágrafo único. A apuração do vencimento, para efeito de enquadramento, deve se dar após a aplicação do índice de revisão geral, disposto no art. 57, inciso I desta Lei, sobre o vencimento de dezembro de 2013.

Art. 44 Na hipótese do vencimento percebido pelo servidor na posição de 31/12/2013 ser superior a Referência “I” correspondente ao cargo de provimento efetivo, ser-lhe-á garantida à percepção deste vencimento, acrescido da concessão da revisão geral anual, fixada nos termos do art. 57, inciso I desta Lei.

Parágrafo único. Aos servidores que se mantiverem posicionados fora da última Referência de seu cargo, será assegurada, a partir de 01/01/2015 o pagamento dos índices de revisão geral e reajustes conferidos aos demais servidores.

Art. 45 O ocupante de cargo de provimento efetivo que se encontre em licença sem remuneração apenas será enquadrado quando reassumir o exercício de seu cargo.

Art. 46 Os atos de enquadramento dos atuais servidores para o Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, contido no Anexo I com o reconhecimento da progressão por antiguidade automática, nos termos do artigo 41 desta Lei, serão expedidos por ato do Prefeito Municipal ou preposto legalmente reconhecido.

Parágrafo único. Os atos de enquadramento, quando coletivos, serão expedidos por meio de Portaria, sob a forma de listas nominais, estabelecido o início da vigência para 01/01/2014.

Art. 47 O servidor poderá requerer ao Prefeito Municipal a revisão do seu enquadramento, em decorrência de erro, omissão ou outro assemelhado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento ou dos atos de enquadramento individual, mediante petição fundamentada.

§1º O Prefeito Municipal, decidirá sobre o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de protocolização da petição.

§2º Em caso de provimento do pedido de revisão, os efeitos da decisão retroagirão à data de início da vigência do enquadramento.

Seção II

Do Enquadramento dos Servidores Inativos

Art. 48 Fica assegurado o enquadramento dos aposentados, nos novos padrões de vencimento fixados por esta Lei, cujos benefícios foram concedidos na hipótese prevista nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional Nº 41/2003 e do art. 3º da Emenda Constitucional Nº 47/2005, de acordo com o cargo em que foi concedido o benefício.

Parágrafo único. Aos servidores inativos e aos pensionistas, sem paridade, conforme disposição constitucional, fica assegurado até o julgamento final da ADI 4582 pelo STF, apenas a aplicação dos índices de revisão geral, fixados para os servidores ativos.

Art. 49 Os servidores inativos cujos proventos foram concedidos pelos dispositivos indicados no *caput* do art. 48 desta Lei, devem ser alocados na Tabela constante do Anexo VII, observado o tempo de efetivo exercício no cargo que originou a aposentadoria, aplicáveis as disposições dos artigos 41 a 47 desta Lei.

§1º Os servidores inativos cujos proventos são compostos de parcelas remuneratórias avulsas, excetuado o adicional por Tempo de Serviço, concedido nos termos do art. 63 da Lei 725/95, terão aplicado sobre aquelas parcelas o índice de revisão geral ou reajuste fixado para os servidores ativos.

§2º Para o exercício de 2014, sobre as parcelas avulsas indicadas no §1º deste artigo, será aplicado o índice de revisão geral indicado no art. 57, inciso I, desta lei.

§3º O percentual do Adicional por Tempo de Serviço que compõe os proventos de aposentadoria dos servidores inativos, recairá sobre o valor do vencimento, apurado nos termos do §1º deste artigo.

Art. 50 Aplica-se aos proventos de pensão por morte as disposições contidas nesta Seção, observada a existência ou não de paridade.

CAPÍTULO VII

DA LOTAÇÃO

Art. 51 O servidor efetivo terá exercício no órgão em que for lotado, a critério da Administração Municipal e de acordo com as atribuições definidas para seu cargo, observadas as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CAPÍTULO VIII

DA CRIAÇÃO DE CARGOS NOVOS

Art. 52 Fica autorizada a criação dos cargos, suas respectivas vagas e a fixação de jornada e remuneração, constantes no Anexo IV - Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas, observadas as atribuições e a exigência de escolaridade/habilitação indicadas

no Anexo VIII - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo, nos seguintes termos:

- I - Auxiliar Operacional: 03 (três) vagas;
- II - Fisioterapeuta: 01 (uma) vaga;
- III - Médico Especialista I - Ginecologista: 01 (uma) vaga;
- IV - Médico Especialista II - Pediatra: 01 (uma) vaga;
- V - Nutricionista: 01 (uma) vaga;
- VI- Psicólogo: 01 (uma) vaga;
- VII - Assistente e Administrativo Auxiliar: 01 (uma) vaga.

Art. 53 Para a execução do Programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF), ficam criados os seguintes cargos, todos com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas:

- I - Auxiliar em Saúde Bucal - ESF: 02 (duas) vagas;
- II - Auxiliar de Enfermagem - ESF: 02 (duas) vagas;
- III - Enfermeiro - ESF: 02 (duas) vagas;
- IV - Médico II - ESF: 02 (duas) vagas;
- V - Odontólogo - ESF: 02 (duas) vagas;
- VI - Técnico de Enfermagem - ESF: 02 (duas) vagas.

§1º As equipes serão automaticamente extintas ou reduzidas com a desativação do ESF ou redução do valor dos repasses financeiros.

§2º Constituem hipóteses de demissão do pessoal vinculado ao PSF (Programa de Saúde da Família):

I - a prática de falta grave, conduta ou crime funcional previsto no Estatuto dos Servidores Públicos;

II - a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - a necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, conforme a Lei Federal Nº 9.801, de 1999;

IV - a insuficiência de desempenho, apurada de acordo com as disposições do inciso IV do art. 10 da Lei Federal Nº 11.350, de 2006;

V - motivadamente:

a) mediante a extinção dos programas federais;

b) desativação/redução de equipe(s);

c) renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;

d) cessação do repasse de recursos financeiros da União para o Município.

§3º Para efeito das Estratégias de Saúde da Família (ESF) fica o Município dividido em duas Regiões de Saúde, correspondendo cada uma, a uma equipe de atuação assim constituída:

I - 01 Médico;

II - 01 Enfermeiro;

III - 01 Auxiliar de Enfermagem ou 01 Técnico em Enfermagem;

IV - 01 Odontólogo;

V - 01 Auxiliar em Saúde Bucal.

§4º Cada equipe do ESF será integrada por 08 (oito) Agente Comunitários de Saúde, cuja contratação será realizada nos termos e limites contidos em lei municipal específica.

§5º São atribuições comuns à equipe de profissionais do ESF:

I - participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - realizar o cuidado em saúde da população adstrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

III - realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV - garantir a integridade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

V - realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

VI - realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VII - responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VIII - participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

IX - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

X - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde;

XI - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

XII - participar das atividades de educação permanente;

XIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

Art. 54 Fica o Município autorizado a designar os servidores de seu Quadro Efetivo, para de modo exclusivo dedicarem-se ao Programa de Estratégia de Saúde da Família.

§1º O servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que for designado para executar suas atribuições vinculado ao Programa de Estratégia de Saúde da Família, fica assegurada a percepção de gratificação de exercício, correspondente a diferença apurada entre o vencimento recebido no cargo de

provimento efetivo e o vencimento fixado para o desempenho das funções do cargo correlato do ESF, na Referência "A".

§2º O valor da gratificação indicada no §1º deste artigo não será incorporado para nenhum efeito remuneratório e não compõe a base de cálculo para as contribuições previdenciárias do ANGEPREV.

§3º Para efeito da composição do pagamento de Férias e Gratificação Natalina, a gratificação indicada no §1º deste artigo às integrará pela média das parcelas recebidas durante o período aquisitivo.

Art. 55 Os empregos públicos de Médico de Saúde da Família, Enfermeiro de Saúde da Família, Técnico de Enfermagem da Família, Auxiliar de Enfermagem, Odontólogo - Cirurgião Dentista e Auxiliar de Consultório Dentário (ADC), criados nos termos da Lei Complementar Nº 002/2009 ficam extintos.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À REVISÃO GERAL E DA REVISÃO GERAL E DO REAJUSTE FIXADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 56 Para efeito da concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República fica estabelecido, que a partir de 2014, o mês de janeiro como data-base.

Parágrafo único. A fixação do piso municipal dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo deve ser realizada por lei editada no mês de dezembro de cada ano.

Art. 57 Para efeito da concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República, referente ao ano de 2013, a ser concedida a partir de 01/01/2014, fica estabelecido:

I - que o valor dos vencimentos dos servidores públicos efetivos fica revisado pela variação acumulada do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado pelo IBGE como índice de inflação no intervalo de março de 2013 a outubro de 2013, correspondente a 2,7605%;

II - que o valor dos subsídios fixados para os agentes políticos fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

III - que o valor dos subsídios fixados para os cargos comissionados fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

IV - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos com paridade pelo Tesouro Municipal, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

V - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos com paridade pelo ANGEPREV, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VI - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos sem paridade pelo ANGEPREV, nos termos da ADIN Nº 4582, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VII - que o valor da remuneração dos que desenvolvem atividades temporárias vinculadas aos Programas subsidiados pelo Governo Federal, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VIII - que o valor das funções gratificadas incorporadas fica revisado nos termos do inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Os padrões de vencimento, fixados para os cargos de provimento efetivo, nos termos dos Anexos VI e VII da presente lei, já contemplam o índice de reajuste indicado no inciso I do *caput* deste artigo.

Art. 58 O piso dos servidores públicos municipais, a partir de R\$ 01/01/2014, fica fixado em R\$ 723,00 (setecentos e vinte e três reais).

Parágrafo único. Fica determinada a utilização do valor fixado para o piso dos servidores municipais para efeito de aplicação do Adicional de Insalubridade.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 59 Os candidatos aprovados em concursos públicos anteriores, cujos cargos tiveram as denominações e os padrões de vencimento inicial alterado por esta Lei, serão reenquadrados nos novos cargos constantes do Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, observado o contido no Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60 Os servidores que por força da aplicação do art. 2º da Lei nº 568/90 optaram pela adoção do regime celetista, fica determinado o reconhecimento do padrão de vencimento inicial fixado para o cargo, sendo aplicada a progressão por antiguidade instituída por esta Lei.

Parágrafo único. Aos servidores indicados no caput aplica-se as disposições contidas na CLT.

Art. 61 O valor do salário dos empregos de Agente Comunitário de Estratégia de Saúde da Família e Agente de Combates de Endemias, criados nos termos da Lei Complementar Nº 002/2009, fica fixado em R\$ 778,00 (setecentos e setenta e oito reais), a partir de 01/01/2014.

Parágrafo único. A Lei Complementar Nº 002/2009 fica parcialmente revogada, mantendo-se em vigor apenas as disposições relativas aos empregos de Agente Comunitário de Estratégia de Saúde da Família e Agente de Combates de Endemias.

Art. 62 A promoção contida nos artigos 13 a 17 da Lei 523/89 ficam expressamente revogadas.

Art. 63 Ficam extintas todas as gratificações de função ou funções de confiança, instituídas até 31/12/2013, ressalvadas as elencadas na Lei de Estrutura do ANGEPREV.

Art. 64 Ficam criadas as seguintes funções de confiança, com os respectivos valores da gratificação fixados, a partir de 01/01/2014:

I - 04 (quatro) funções de confiança de Direção de Escola, correspondentes cada uma a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

II - 01 (uma) função de confiança de Chefe da Junta Militar, correspondente a R\$ 200,00 (duzentos reais);

III - 01 (uma) função de confiança de Chefe de Transporte e Obras, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

IV - 01 (uma) função de confiança de Chefe de Estradas e Rodagem, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

V - 02 (duas) funções de Administrador Distrital, correspondente cada uma a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

VII - 01 (uma) função de Coordenador do ESF, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

VIII - 01 (uma) função de Coordenador de Fiscalização de Obras - Plano Diretor, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

Art. 65 O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 66 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/01/2014, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Nº 523/89 e 923/2004.

Angelina, 23 de Dezembro de 2013

Jose Nilton da Silva
Prefeito Municipal